

Nota da Edição

É com grande satisfação que apresento o 1º número do volume 18 da Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC). Esta edição reúne um conjunto de reflexões jurídicas relevantes, com nove artigos, oito deles redigidos em português e um em inglês, além de seis pronunciamentos selecionados da PGBC.

Na abertura da seção de artigos jurídicos, Pedro Filipe Araújo de Albuquerque examina, à luz da crescente expansão global da jurisdição constitucional, temas como diálogos e capacidades institucionais, bem como técnicas decisórias voltadas ao aprimoramento do diálogo, no artigo “*Diálogos Institucionais, Capacidades Institucionais e Técnicas Decisórias*”.

Na sequência, o artigo “*Os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) como Instrumentos de Financiamento Privado do Agronegócio*”, de Rogério Alexandre de Oliveira Castro e Pedro Branquinho do Carmo, explora as contribuições jurídico-econômicas dessa modalidade de fundo como alternativa de financiamento privado para o setor agroindustrial.

O terceiro artigo, “*A Better (Graphical) Benchmark for Monetary Policy? And a Simple Way to Integrate the Dual Goal Objective?*”, escrito em inglês por Arun Muralidhar, analisa, à luz da experiência dos Estados Unidos no controle inflacionário, um modelo de *benchmark* que visa proporcionar um monitoramento mais eficaz da inflação corrente e de longo prazo.

A consensualidade no âmbito dos contratos administrativos ganha destaque no artigo “*Acordos Substitutivos de Penalidade no Âmbito dos Contratos Administrativos*”, em que Marconi Queiroz de Medeiros Chianca investiga o acordo substitutivo de penalidade como instrumento regulatório.

Em seguida, Rafael Viana de Figueiredo Costa discute mecanismos de coordenação regulatória no artigo “*ANPD, BC e CVM: reflexões sobre mecanismos de coordenação regulatória*”, abordando interações entre autoridades do sistema financeiro.

O impacto das tecnologias emergentes sobre o comércio digital é explorado no artigo “*Blockchain e Smart Contracts como Condutores para Revolucionar a Cadeia de Suprimentos no Comércio B2C*”, de Bianca Oliveira dos Santos, enquanto Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro analisa a proteção do consumidor no mercado de criptomoedas em artigo assim intitulado.

No artigo “*O Papel do New Development Bank (NDB) no Financiamento de Infraestrutura no Brasil*”, Pedro Faccio De Conto e João Gabriel Gomes da Rocha conduzem um estudo qualitativo comparativo entre as atuações do NDB e do Banco Mundial.

Encerrando a seção de artigos desta edição, Virgílio Porto Linhares Teixeira discorre, no estudo “*Direito dos Planos Econômicos: investigação de legitimidade das políticas públicas monetárias*”, sobre os modelos de legitimidade das políticas monetárias adotadas durante os planos econômicos das décadas de 1980 e 1990.

Abrindo a seção de pronunciamentos da PGBC, o Parecer Jurídico 345/2024-BCB/PGBC, de 17 de abril de 2024, examina a legitimidade do Banco Central do Brasil (BC) para atuar perante o Supremo Tribunal Federal como *amicus curiae* nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 7.600, 7.601 e 7.608, promovidas contra os arts. 6º, 9º e 10 da Lei 14.711, de 30 de outubro de 2023, que instituiu o Marco Legal das Garantias e trata da busca e apreensão extrajudicial de bem móvel objeto de alienação fiduciária em garantia.

O Parecer Jurídico 404/2024-BCB/PGBC, de 29 de abril de 2024, aborda o uso de assinatura eletrônica em documentos relativos ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), ao passo que o Parecer Jurídico 590/2024-BCB/PGBC, de 13 de junho de 2024, autoriza a PGBC a realizar transação resolutiva de litígio de créditos cuja cobrança seja de sua competência.

O Parecer Jurídico 729/2024-BCB/PGBC, de 16 de julho de 2024, examina, sob a perspectiva jurídica, a competência do BC para estabelecer o valor das tarifas que compõem a estrutura de tarifas de interoperabilidade entre as entidades registradoras de recebíveis de arranjos de pagamento, de que trata a Resolução BCB 264, de 25 de novembro de 2023.

O Parecer Jurídico 988/2024-BCB/PGBC, de 26 de setembro de 2024, examina consulta jurídica sobre concessão de licença adotante, equivalente a licença maternidade, para servidor do sexo masculino na adoção de menor adolescente (família monoparental).

Encerra, por fim, a seção de pronunciamentos desta edição da Revista a petição conjunta apresentada em maio de 2025 pelo BC, pela Advocacia-Geral da União, pela Federação Brasileira de Bancos, pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro, pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e pela Frente Brasileira pelos Poupançadores ao Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 165, com o objetivo de extinguir as lides relativas aos Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e Collor II).

Que tenham todos uma boa leitura!

Guilherme Centenaro Hellwig
Editor-Chefe